

JORGE DUARTE PINHEIRO

O DIREITO DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEO

9.^A EDIÇÃO



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

ÍNDICE GERAL

Siglas e Abreviaturas	7
INTRODUÇÃO	11
1. Noção e objecto do Direito da Família	13
1.1. A família em sentido jurídico.....	13
1.2. O alargamento do objecto do Direito da Família	17
2. O Direito da Família enquanto ramo do Direito Civil	19
2.1. O Direito da Família enquanto Direito	19
2.2. O Direito da Família na dicotomia Direito Público-Direito Privado	21
3. Plano, fontes e bibliografia.....	24
3.1. Plano de leccionação do Direito da Família	24
3.2. Fontes do Direito civil da Família	27
3.3. Bibliografia geral da disciplina de Direito da Família.....	30
4. A demanda do critério de relação jurídica familiar	32
4.1. O elenco legal de fontes de relações jurídicas familiares.....	32
4.2. A qualificação como relação jurídica familiar	32
4.3. Referência genérica ao casamento e à adopção	34
5. O parentesco.....	35
5.1. Noção de parentesco; graus e linhas.....	35
5.2. Efeitos do parentesco	37
5.3. Extinção do vínculo de parentesco.....	39
6. A afinidade	39
6.1. Noção de afinidade; graus e linhas.....	39

6.2. Efeitos e extinção do vínculo de afinidade.....	39
7. A hipótese de relações jurídicas familiares inominadas	42
7.1. A identificação do critério de relação jurídica familiar	42
7.2. Relações familiares inominadas e relações parafamiliares	43
8. A obrigação de alimentos enquanto efeito das relações familiares e para-familiares.....	46
8.1. A importância da obrigação de alimentos no Direito da Família ...	46
8.2. Natureza e regime da obrigação de alimentos	47
9. Características do Direito da Família.....	54
9.1. Permeabilidade à realidade social	54
9.2. Crescente internacionalização.....	57
9.3. Prevalência da dimensão pessoal sobre a patrimonial.....	58
9.4. Recurso a conceitos indeterminados.....	59
9.5. Profusão de normas injuntivas.....	59
9.6. Oscilação entre institucionalismo e individualismo ético.....	60
9.7. Lógica de protecção.....	61
9.8. Grande abertura ao uso da mediação e de outros métodos alternativos de resolução de conflitos.....	61
10. Características das situações jurídicas familiares.....	64
10.1. Enunciado.....	64
10.2. Natureza estatutária	65
10.3. Indisponibilidade.....	65
10.4. Durabilidade virtual.....	66
10.5. Funcionalidade acentuada.....	66
10.6. Oponibilidade erga omnes.....	67
10.7. Tipicidade	68
10.8. O problema da garantia.....	68
11. O regime constitucional das matérias que são objecto do Direito da Família.....	71
11.1. Normas da Constituição da República Portuguesa com relevo jus-familiar	71
11.2. Princípios constitucionais aplicáveis à generalidade das matérias que são objecto do Direito da Família, fundados em normas preceptivas	72
11.3. Princípios constitucionais de Direito Matrimonial, fundados em normas preceptivas	74
11.4. Princípios constitucionais de Direito da Filiação, fundados em normas preceptivas.....	77
11.5. Princípios de protecção consagrados em normas programáticas...	80

12. O Direito Europeu da Família.....	81
12.1. Os três níveis.....	81
12.2. Uniformização e unificação do Direito da Família no território da União Europeia.....	82
12.3. Regulamentos com incidência familiar.....	85
12.4. A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH).....	91

PARTE I

DIREITO DA FILIAÇÃO

Capítulo I — Constituição do vínculo de filiação.....	99
Secção I — Noção e modalidades de filiação.....	99
13. Noção de filiação.....	99
14. Modalidades de filiação.....	107
15. Critério biológico e critério social ou “afectivo”.....	108
Secção II — Estabelecimento da filiação, no caso de procriação através de acto sexual.....	112
16. A distinção entre estabelecimento da maternidade e estabelecimento da paternidade.....	112
17. Estabelecimento da maternidade.....	114
17.1. Enunciado de modos de estabelecimento da maternidade.....	114
17.2. Declaração de maternidade.....	114
17.3. Reconhecimento judicial da maternidade.....	120
17.4. A averiguação oficiosa da maternidade.....	123
18. Estabelecimento da paternidade.....	126
18.1. Enunciado de modos de estabelecimento da paternidade.....	126
18.2. A distinção entre filiação dentro e fora do casamento.....	127
18.3. O momento da concepção.....	129
18.4. A presunção de paternidade.....	130
18.5. A perfilhação.....	134
18.6. O reconhecimento judicial da paternidade.....	139
18.7. A averiguação oficiosa da paternidade.....	155
Secção III — Constituição da adopção.....	158
19. Noção e modalidades de adopção.....	158
19.1. Noção de adopção.....	158
19.2. Modalidades de adopção.....	163
20. Requisitos da adopção interna.....	164
20.1. Enunciado de requisitos.....	164

20.2. Requisitos quanto ao adoptando	164
20.3. Requisitos quanto ao adoptante	165
20.4. Requisitos quanto à relação entre o adoptando e o adoptante	168
20.5. Requisitos da adopção quanto a terceiros	171
20.6. Requisitos da adopção quanto a terceiros (cont.): o consentimento dos pais do adoptando.....	172
20.7. Observações finais.....	172
21. O processo de adopção interna	173
22. A proibição de constituição e prova do vínculo de filiação biológica ...	176
23. Segredo da identidade e acesso ao conhecimento das origens	177
24. A adopção internacional.....	179
24.1. A adopção internacional de crianças residentes em Portugal	179
24.2. A adopção internacional de crianças residentes no estrangeiro	180
Secção IV — Constituição da filiação, no caso de procriação medicamente assistida	181
25. Particularidades da constituição do vínculo de filiação decorrente de PMA	181
26. A procriação medicamente assistida (PMA).....	182
26.1. Noção de PMA	182
26.2. Técnicas de procriação medicamente assistida.....	184
26.3. Enunciado de questões suscitadas pela procriação medicamente assistida.....	186
26.4. A legislação sobre procriação medicamente assistida.....	186
26.5. Motivos legítimos de recurso à procriação medicamente assistida	191
26.6. Os beneficiários do acesso à procriação assistida	193
26.7. A admissibilidade dos processos heterólogos.....	197
26.8. O anonimato do dador.....	199
26.9. A gestação ou maternidade de substituição.....	202
26.10. A procriação assistida <i>post mortem</i>	218
26.11. O destino dos embriões excedentários.....	220
27. A filiação na PMA	222
27.1. Biologia e consentimento na filiação decorrente de PMA.....	222
27.2. A filiação por PMA heteróloga	224
27.3. A filiação decorrente de PMA ilícita.....	229
Capítulo II — Efeitos da filiação	231
Secção I — Generalidades	231
28. As condições de eficácia da filiação	231
29. O momento de produção dos efeitos da filiação	232
30. O princípio da não distinção quanto aos efeitos da filiação.....	232
30.1. Proibição de discriminação	232

30.2. Tendencial sujeição das outras modalidades de filiação ao regime de eficácia previsto para a filiação biológica.....	233
31. Ordem subsequente.....	233
Secção II — Efeitos gerais da filiação	233
32. Deveres paternofiliais	233
32.1. A enumeração legal de deveres paternofiliais	233
32.2. O dever de respeito.....	234
32.3. O dever de auxílio	234
32.4. O dever de assistência	235
32.5. Conexão com o Direito Tutelar	238
32.6. Caracteres dos deveres paternofiliais e das situações jurídicas activas correspondentes	238
32.7. Articulação dos deveres fundados em diversas relações familiares a que esteja vinculado o mesmo titular.....	239
33. Outros efeitos gerais da filiação	240
33.1. O nome do filho.....	240
33.2. A nacionalidade do filho.....	243
33.3. A entrada e permanência no território português	244
Secção III — As responsabilidades parentais.....	245
34. Noções.....	245
34.1. Conceito de responsabilidades parentais.....	245
34.2. Caracteres das responsabilidades parentais.....	247
34.3. Natureza jurídica das responsabilidades parentais.....	251
34.4. O registo das decisões relativas às responsabilidades parentais....	254
35. Conteúdo das responsabilidades parentais	255
35.1. Enunciado de situações jurídicas compreendidas nas responsabilidades parentais	255
35.2. O poder-dever de guarda	255
35.3. O poder-dever de dirigir a educação	258
35.4. O dever de prover ao sustento	260
35.5. O poder-dever de representação.....	260
35.6. O poder-dever de administração dos bens.....	261
35.7. O dever de obediência e a autonomia da criança.....	262
36. Exercício das responsabilidades parentais	264
36.1. Exercício em comum das responsabilidades parentais e exercício por um só dos pais; hipóteses de exercício por terceiro.....	264

36.2. Particularidades do exercício das responsabilidades parentais nos casos de progenitores que nunca viveram juntos, que se divorciaram ou se separaram	268
37. Inibição e limitações ao exercício das responsabilidades parentais	288
37.1. Preliminares	288
37.2. Inibição do exercício das responsabilidades parentais	288
37.3. Limitações ao exercício das responsabilidades parentais	291
38. Meios de suprimimento das responsabilidades parentais	293
38.1. Preliminares	293
38.2. Tutela	294
38.3. Administração de bens	296
Capítulo III — Extinção do vínculo de filiação	299
39. Enunciado de modos de extinção do vínculo de filiação	299
Secção I — Extinção retroactiva do vínculo de filiação	300
40. Extinção retroactiva da filiação decorrente de acto sexual	300
40.1. Extinção retroactiva da maternidade estabelecida	300
40.1.1. Impugnação da maternidade	300
40.1.2. Invalidade e caducidade da declaração de maternidade	301
40.2. Extinção retroactiva da paternidade estabelecida	301
40.2.1. Impugnação da paternidade	301
40.2.2. Impugnação, invalidade e caducidade da perfilhação	307
41. Extinção retroactiva da filiação adoptiva	309
42. Extinção retroactiva da filiação decorrente de PMA	310
Secção I — Extinção não retroactiva do vínculo de filiação	312
43. A extinção por morte do vínculo de filiação	312
44. Outros casos de extinção não retroactiva	314
PARTE II	
DIREITO TUTELAR	
Capítulo I — Protecção de crianças e jovens em perigo	319
45. A protecção das crianças	319
45.1. A protecção das crianças em geral	319

45.2. A protecção civil das crianças	321
46. A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo	322
46.1. O significado da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo	322
46.2. Articulação entre a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, a Lei Tutelar Educativa e o Regime Geral de Processo Tutelar Cível.....	323
47. A intervenção para protecção da criança e do jovem em perigo.....	324
47.1. O pressuposto da situação de perigo.....	324
47.2. Princípios orientadores da intervenção	326
47.3. Comunicação de situações de crianças e jovens em perigo.....	326
47.4. Competência para intervir.....	327
48. Medidas de promoção dos direitos e de protecção das crianças e dos jovens em perigo.....	328
48.1. Enumeração.....	328
48.2. Classificações.....	329
48.3. Prioridade a observar na aplicação das medidas de promoção e protecção	330
48.4. Medidas de promoção e protecção em especial.....	331
48.5. Os acordos de promoção e protecção	334
48.6. Execução, duração, revisão e cessação das medidas de promoção e protecção.....	335
48.7. O processo.....	336
Capítulo II — O apadrinhamento civil.....	339
49. O contexto do instituto	339
50. Noção de apadrinhamento civil	341
51. Constituição do apadrinhamento civil	342
52. Efeitos do apadrinhamento civil.....	345
53. Extinção do apadrinhamento civil	347
54. Natureza jurídica do apadrinhamento civil.....	348
Capítulo III — Protecção dos idosos	351
55. A protecção constitucional dos idosos.....	351
56. A protecção civil dos idosos	351
56.1. A insuficiência da protecção civil dos idosos.....	351
56.2. Os deveres filiais enquanto instrumentos de protecção	354
56.3. O acolhimento familiar; os lares ou estruturas residenciais; o cuidador informal.....	355
56.4. A necessidade de uma mudança	356

PARTE III
DIREITO MATRIMONIAL

Capítulo I — Constituição do vínculo matrimonial.....	361
57. Noção e modalidades do casamento.....	361
57.1. Noção de casamento civil.....	361
57.2. Modalidades do casamento.....	364
58. Promessa de casamento.....	367
58.1. Noção e requisitos da promessa de casamento.....	367
58.2. Efeitos	368
59. Requisitos de fundo do casamento civil	369
59.1. O desaparecimento do requisito da heterossexualidade (“possibilidade legal”).....	369
59.2. Capacidade.....	375
59.2.1. Os impedimentos matrimoniais em geral	375
59.2.2. Impedimentos dirimentes.....	376
59.2.3. Impedimentos impeditentes.....	383
59.3. Consentimento	385
59.3.1. Os requisitos do consentimento matrimonial	385
59.3.2. Casamento por procuração.....	386
59.3.3. Falta de vontade negocial e divergências entre a vontade e a declaração	388
59.3.4. Erro-vício e coacção moral	389
60. Formalidades do casamento civil	391
60.1. A solenidade do casamento.....	391
60.2. Formalidades do casamento civil celebrado por forma civil	392
60.3. O registo do casamento	395
60.4. Formalidades do casamento civil celebrado por forma religiosa...	396
60.5. Casamento urgente	398
60.6. Casamento de portugueses no estrangeiro e de estrangeiros em Portugal	400
61. Casamento católico.....	402
61.1. O casamento católico enquanto modalidade autónoma do casamento	402
61.2. Formalidades civis do casamento católico	405
Capítulo II — Efeitos do casamento	409
Secção I — Generalidades	409
62. O <i>status</i> ou estado de casado.....	409

63. O princípio da igualdade dos cônjuges.....	413
64. Os acordos sobre a orientação da vida em comum.....	414
65. A tutela da personalidade no casamento e a ideia do núcleo intangível da comunhão conjugal	415
Secção II — Deveres dos cônjuges	418
66. A centralidade e dificuldade da matéria dos deveres conjugais	418
67. O dever de respeito	420
68. O dever de fidelidade.....	421
69. O dever de coabitação	423
70. O dever de cooperação	426
71. O dever de assistência.....	428
72. Características dos deveres conjugais e das situações jurídicas activas correspondentes.....	436
Secção III — Efeitos do casamento no domínio do nome, da filiação, da nacionalidade, da entrada e permanência no território português	443
73. O apelido dos cônjuges.....	443
74. A filiação na constância do matrimónio	445
75. Casamento, nacionalidade, entrada e permanência no território português.....	447
Secção IV — Efeitos predominantemente patrimoniais do casamento.....	449
76. Preliminares	449
77. Convenções antenupciais	450
77.1. Noção de convenção antenupcial	450
77.2. O conteúdo da convenção antenupcial	451
77.3. A capacidade para celebrar convenções antenupciais	458
77.4. Forma e registo da convenção.....	460
77.5. Revogação e modificação da convenção	461
77.6. Invalidade e caducidade da convenção.....	463
78. Doações para casamento	464
78.1. Noção e espécies	464
78.2. Regime	465
79. Efeitos do casamento no campo do activo patrimonial	469
79.1. O regime de bens	469
79.1.1. Noção	469
79.1.2. Classificações	470
79.1.3. A comunhão conjugal de bens	473
79.1.4. O regime da comunhão de adquiridos	476

79.1.5. O regime da comunhão geral de bens.....	484
79.1.6. O regime da separação de bens	485
79.1.7. Regimes atípicos	486
79.2. A modificação superveniente do regime de bens	490
79.3. A administração dos bens do casal.....	494
79.3.1. A titularidade dos poderes de administração.....	494
79.3.2. Regime do exercício da administração conjugal.....	503
79.3.3. Providências administrativas	509
79.3.4. Contas bancárias singulares.....	511
79.4. Disposição dos bens do casal	514
79.4.1. Poderes de disposição.....	514
79.4.2. Poderes de disposição em vida sobre a generalidade dos bens móveis.....	514
79.4.3. Poderes de disposição em vida sobre a generalidade dos bens imóveis e sobre o estabelecimento comercial.....	516
79.4.4. Poderes de disposição sobre a casa de morada da família.....	517
79.4.5. Poderes de disposição em vida quanto ao direito de aceitar ou rejeitar aquisições a título gratuito.....	519
79.4.6. Consentimento conjugal	519
79.4.7. Ilegitimidades conjugais.....	520
79.4.8. Poderes de disposição por morte	521
80. Efeitos do casamento no campo do passivo patrimonial	521
80.1. Legitimidade dos cônjuges para contrair dívidas	521
80.2. Responsabilidade dos cônjuges pelas dívidas contraídas.....	522
80.3. Bens que respondem pelas dívidas dos cônjuges.....	526
80.4. Compensações devidas pelo pagamento das dívidas do casal.....	528
81. A partilha dos bens comuns do casal	529
81.1. Noção e pressupostos.....	529
81.2. O contrato-promessa de partilha e a partilha, antes da cessação das relações patrimoniais dos cônjuges ou da separação superveniente de bens	531
81.3. A situação dos bens no período que decorre entre a cessação das relações patrimoniais dos cônjuges, ou separação superveniente de bens, e a partilha	532
81.4. Formas de partilha.....	533
81.5. As operações da partilha	534
82. Os contratos entre cônjuges	538
82.1. As doações entre casados	538
82.2. Outros contratos entre os cônjuges	541

Secção V — Efeitos do casamento em situações de ruptura da vida em comum.....	545
83. A separação de facto	545
83.1. Noção de separação de facto	545
83.2. Efeitos da separação de facto	546
84. A separação de pessoas e bens	550
84.1. Noção e natureza da separação de pessoas e bens.....	550
84.2. Efeitos da separação de pessoas e bens	551
84.3. Causas de cessação da separação de pessoas e bens.....	552
Capítulo III — Extinção do vínculo matrimonial	557
85. Enunciado	557
Secção I — Invalidade do casamento.....	557
86. Valores negativos do casamento civil	557
86.1. Enunciado	557
86.2. Inexistência	558
86.3. Anulabilidade.....	558
87. A nulidade do casamento católico	559
88. Casamento putativo.....	561
88.1. Noção e natureza jurídica.....	561
88.2. Requisitos gerais do casamento putativo.....	561
88.3. Regime geral de eficácia putativa	562
88.4. Casos especiais de eficácia putativa.....	564
Secção II — Dissolução por morte	565
89. Efeitos da dissolução por morte	565
Secção III — Divórcio	567
90. Generalidades	567
90.1. Noção de divórcio; evolução histórica do respectivo regime.....	567
90.2. Modalidades de divórcio	569
90.3. O direito ao divórcio	571
91. Divórcio por mútuo consentimento	572
91.1. Pressupostos	572
91.2. Processo	572

92. Divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (ou divórcio litigioso em sentido restrito).....	575
92.1. Causas.....	575
92.2. Processo.....	576
92.3. Apreciação do sistema português de causas de divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (ou divórcio litigioso em sentido restrito) ...	578
93. Efeitos do divórcio	579
93.1. O princípio da equiparação do divórcio à dissolução por morte ..	579
93.2. Oponibilidade dos efeitos do divórcio.....	579
93.3. Explicitação dos efeitos específicos do divórcio	580
93.4. O destino da casa de morada da família	584
93.5. Apreciação do regime português dos efeitos do divórcio	590
Secção IV — Outros casos de dissolução do casamento, além da morte e do divórcio.....	593
94. Enunciado.....	593
95. Celebração de novo casamento, após a declaração de morte presumida	593
96. Mudança de sexo: de causa atípica de dissolução do casamento a possível fundamento de divórcio	594
97. Dispensa do casamento rato e não consumado	596
PARTE IV	
DIREITO CONVIVENCIAL	
Capítulo I — Constituição da união de facto.....	599
98. Noção de união de facto	599
99. Modalidades de união de facto	600
100. Requisitos da união de facto protegida.....	601
Capítulo II — Efeitos da união de facto.....	607
101. Efeitos gerais da união de facto.....	607
102. Efeitos específicos da união de facto protegida.....	611
Capítulo III — Cessaçao da união de facto.....	615
103. Causas de cessação da união de facto	615
104. A liquidação dos interesses patrimoniais.....	616
105. Efeitos específicos da cessação da união de facto protegida	617
105.1. Efeitos da cessação por morte.....	617
105.2. Efeitos da cessação por ruptura ou casamento de um dos membros da união de facto com terceiro.....	627

Capítulo IV — A convivência em economia comum.....	631
106. Noção e modalidades de convivência em economia comum.....	631
107. Efeitos específicos da convivência em economia comum protegida	633
Capítulo V — Natureza jurídica da união de facto e da convivência em economia comum.....	637
108. A união de facto enquanto figura que se aproxima mais da convivência em economia comum do que da união conjugal	637
109. A união de facto e a convivência em economia comum protegidas enquanto relações parafamiliares	638
110. A união de facto e a convivência em economia comum protegidas enquanto relações emergentes de actos jurídicos.....	642
Capítulo VI — União sem comunhão de habitação (LAT)?.....	645
111. A união sem comunhão de habitação	645
REFLEXÃO FINAL	
112. Reflexão final	649
BIBLIOGRAFIA.....	655
ÍNDICES	671
Índice de assuntos.....	673
Índice geral	689



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

www.coimbraeditora.pt

GRUPO

GESTLEGAL